

Art. 5º. A área, cujo valor venal de referência calculado pela Secretaria Municipal de Finanças é R\$ 38.018.442,00 (trinta e oito milhões, dezoito mil e quatrocentos e quarenta e dois reais) em maio de 2011, deverá ser avaliada pelo órgão competente da Prefeitura, à época da licitação, levando-se em conta as condições de mercado vigentes na ocasião.
Parágrafo único. No julgamento das propostas, deverá ser considerado o critério de maior vantagem econômica.
Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de julho de 2011, 458ª da fundação de São Paulo. GILBERTO KASSAB, PREFEITO
NELSON HERVEY COSTA, Secretário do Governo Municipal
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 6 de julho de 2011.

LEI Nº 15.398, DE 6 DE JULHO DE 2011

(Projeto de Lei nº 265/11, do Executivo)

Dispõe sobre desafetação de área municipal e autoriza o Executivo a alienar, mediante licitação, na modalidade concorrência, imóvel situado na confluência da Rua Bresser com a Rua Itajaí, Distrito da Mooca, Subprefeitura da Mooca.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de julho de 2011, decretou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º. Fica desincorporada da classe dos bens de uso especial e transferida para a classe dos bens dominiais a área municipal localizada na confluência da Rua Bresser com a Rua Itajaí, Distrito da Mooca, Subprefeitura da Mooca.
Art. 2º. A área referida no art. 1º, configurada no croqui 300226, do arquivo do Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário, rubricada pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, assim se descreve: parte da área 1M, de formato irregular, com frente para a Rua Bresser, confrontando, para quem de frente olha para o imóvel, pelo lado esquerdo, com área municipal lançada como contribuinte 027.071.0002-1, pelo lado direito, com a Rua Itajaí e pelos fundos com lotes particulares, delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-7-1, com aproximadamente 16.016,00 m².
Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, mediante licitação, na modalidade concorrência, a área de propriedade municipal de que trata esta lei.
Art. 4º. A área, cujo valor venal de referência calculado pela Secretaria Municipal de Finanças é R\$ 6.033.408,00 (seis milhões, trinta e três mil e quatrocentos e oito reais) em maio de 2011, deverá ser avaliada pelo órgão competente da Prefeitura, à época da licitação, levando-se em conta as condições de mercado vigentes na ocasião.
Parágrafo único. No julgamento das propostas, deverá ser considerado o critério de maior vantagem econômica.
Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de julho de 2011, 458ª da fundação de São Paulo. GILBERTO KASSAB, PREFEITO
NELSON HERVEY COSTA, Secretário do Governo Municipal
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 6 de julho de 2011.

LEI Nº 15.399, DE 6 DE JULHO DE 2011

(Projeto de Lei nº 266/11, do Executivo)

Dispõe sobre desafetação de área municipal e autoriza o Executivo a alienar, mediante licitação, na modalidade concorrência, imóvel situado na Avenida Alcântara Machado, Distrito da Mooca, Subprefeitura da Mooca.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de julho de 2011, decretou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º. Fica desincorporada da classe dos bens de uso especial e transferida para a classe dos bens dominiais a área municipal localizada na Avenida Alcântara Machado, Distrito da Mooca, Subprefeitura da Mooca.
Art. 2º. A área referida no art. 1º, configurada no croqui 2129, do arquivo do Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário, rubricada pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, assim se descreve: área 1M, de formato irregular, com frente para a Av. Alcântara Machado, confrontando, para quem de frente olha para o imóvel, pelo lado esquerdo, com a Rua Bresser e pelo lado direito e fundos com lotes da quadra 50 do setor 27 e Rua João Caetano, delimitada pelo perímetro A-B-C-D-E-F-G-K-J-H-I-A, com aproximadamente 6.809,63m².
Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, mediante licitação, na modalidade concorrência, a área de propriedade municipal de que trata esta lei.
Art. 4º. A área, cujo valor venal de referência calculado pela Secretaria Municipal de Finanças é R\$ 4.279.946,00 (quatro milhões, duzentos e setenta e nove mil e novecentos e quarenta e seis reais) em maio de 2011, deverá ser avaliada pelo órgão competente da Prefeitura, à época da licitação, levando-se em conta as condições de mercado vigentes na ocasião.
Parágrafo único. No julgamento das propostas, deverá ser considerado o critério de maior vantagem econômica.
Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de julho de 2011, 458ª da fundação de São Paulo. GILBERTO KASSAB, PREFEITO
NELSON HERVEY COSTA, Secretário do Governo Municipal
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 6 de julho de 2011.

LEI Nº 15.400, DE 6 DE JULHO DE 2011

(Projeto de Lei nº 267/11, do Executivo)

Dispõe sobre desafetação de área municipal e autoriza o Executivo a alienar, mediante licitação, na modalidade concorrência, imóvel situado na Avenida Alceu Maynard Araújo, Distrito de Santo Amaro, Subprefeitura de Santo Amaro.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 4 de julho de 2011, decretou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º. Fica desincorporada da classe dos bens de uso especial e transferida para a classe dos bens dominiais a área municipal localizada no quadrilátero formado pela Avenida Alceu Maynard Araújo, Rua Celorico, divisa com área municipal e Rua Luís Seráfico Júnior (antiga Rua Itapura), Distrito de Santo Amaro, Subprefeitura de Santo Amaro.
Art. 2º. A área referida no art. 1º, configurada no croqui 1822, do arquivo do Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário, rubricado pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, assim se descreve: parte da área 1M, com frente para a Av. Alceu Maynard Araújo, confrontando, para quem de frente olha para o imóvel, pelo lado esquerdo, com a Rua Celorico, pelo lado direito, com área municipal e, pelos fundos, com a Rua Luís Seráfico Júnior (antiga Rua Itapura), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-1, com aproximadamente 18.000,00 m².
Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, mediante licitação, na modalidade concorrência, a área de propriedade municipal de que trata esta lei.
Art. 4º. A área, cujo valor venal de referência calculado pela Secretaria Municipal de Finanças é R\$ 20.758.043,58 (vinte milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, quarenta e três reais e cinquenta e oito centavos) em maio de 2011, deverá ser avaliada pelo órgão competente da Prefeitura, à época da licitação, levando-se em conta as condições de mercado vigentes na ocasião.
Parágrafo único. No julgamento das propostas, deverá ser considerado o critério de maior vantagem econômica.
Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de julho de 2011, 458ª da fundação de São Paulo. GILBERTO KASSAB, PREFEITO
NELSON HERVEY COSTA, Secretário do Governo Municipal
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 6 de julho de 2011.

LEI Nº 15.401, DE 6 DE JULHO DE 2011

(Projeto de Lei nº 303/11, da Mesa da Câmara)

Dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 4 de julho de 2011, decretou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º. O subsídio mensal do Prefeito Municipal de São Paulo para o exercício financeiro de 2012 fica fixado no valor de R\$ 24.117,62 (vinte e quatro mil, cento e dezessete reais e sessenta e dois centavos) e o do Vice-Prefeito no valor de R\$ 21.705,86 (vinte e um mil, setecentos e cinco reais e oitenta e seis centavos).
Art. 2º. O subsídio mensal dos Secretários Municipais para o exercício financeiro de 2012 fica fixado no valor de R\$ 19.294,10 (dezenove mil, duzentos e noventa e quatro reais e dez centavos).
Parágrafo único. O subsídio mensal a que se refere este artigo não poderá ser cumulado com remuneração, a qualquer título, de função na administração pública municipal direta ou indireta.
Art. 3º. Os agentes políticos a que se referem os arts. 1º e 2º desta lei farão jus a um décimo terceiro subsídio, a ser pago no mês de dezembro.
Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.
Art. 5º. Na hipótese de não ser editada, na época própria, a lei de fixação do subsídio para o exercício seguinte, conforme o previsto no art. 14, inciso VI da Lei Orgânica do Município, prevalecerão os valores estabelecidos nos arts. 1º e 2º, atualizados monetariamente segundo a fórmula de reajustamento contida na Lei nº 13.303, de 18 de janeiro de 2002.
Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2012. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de julho de 2011, 458ª da fundação de São Paulo. GILBERTO KASSAB, PREFEITO
NELSON HERVEY COSTA, Secretário do Governo Municipal
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 6 de julho de 2011.

LEI Nº 15.402, DE 6 DE JULHO DE 2011

(Projeto de Lei nº 425/10, do Executivo)

Concede isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU a empresas estatais municipais, conforme específica.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de julho de 2011, decretou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º. A São Paulo Transporte S.A. - SPTrans, a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, a São Paulo Urbanismo - SPUrbanismo e a São Paulo Obras - SP-Obras ficam isentas:
I - do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, incidente sobre os imóveis de sua propriedade;
II - do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, incidente sobre os serviços prestados à Prefeitura do Município de São Paulo ou a outros entes públicos.
Art. 2º. A Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S.A. e a São Paulo Turismo S.A. - SPTuris ficam isentas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, incidente sobre os serviços prestados a entes públicos, quando não caracterizada a execução de atividade econômica sujeita à concorrência.
Art. 3º. As isenções concedidas nos termos desta lei não exoneram as beneficiárias do cumprimento das obrigações acessórias a que estão sujeitas.
Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará, no prazo de 60 (sessenta) dias, os procedimentos administrativos e operacionais voltados à execução do disposto nesta lei.
Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de julho de 2011, 458ª da fundação de São Paulo. GILBERTO KASSAB, PREFEITO
NELSON HERVEY COSTA, Secretário do Governo Municipal
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 6 de julho de 2011.

DECRETO Nº 52.469, DE 6 DE JULHO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar de R\$ 4.814.548,51, de acordo com a Lei nº 15.356/10.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 15.356, de 28 de dezembro de 2010, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R\$ 4.814.548,51 (quatro milhões oitocentos e quatorze mil e quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e um centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:

CÓDIGO	NOME	VALOR
12.11.15.662.1460.2335	Operação e Manutenção das Usinas	
33903000.00	Material de Consumo	2.545.711,20
16.10.12.122.1127.2805	Programa Minha Biblioteca	
33903200.00	Material de Distribuição Gratuita	1.440.147,30
18.10.10.302.1111.4107	Administração do Material Hospitalar, Ambulatorial e Odontológico	
33909200.00	Despesas de Exercícios Anteriores	600.533,50
18.21.10.302.1111.4103	Oper./Manut. Unidades Hospitalares, Pronto Socorros e Pronto Atendimento	
33909200.00	Despesas de Exercícios Anteriores	184.733,01
37.10.15.127.1460.9130	Desenvolvimento de Estudos Urbanísticos no Entorno da Rede de Trilhos	
44903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	43.423,50
		4.814.548,51

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:

CÓDIGO	NOME	VALOR
12.10.15.451.1460.1192	Pavimentação de Vias	
44905100.00	Obras e Instalações	2.545.711,20
16.10.12.122.1127.2824	Apoio Didático-Pedagógico Educacional	
33903500.00	Serviços de Consultoria	60.000,00
33903600.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	80.000,00
16.10.12.128.1127.2831	Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação	
33903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.300.147,30
18.10.10.302.1111.4107	Administração do Material Hospitalar, Ambulatorial e Odontológico	
33903000.00	Material de Consumo	600.533,50
18.21.10.302.1111.4103	Oper./Manut. Unidades Hospitalares, Pronto Socorros e Pronto Atendimento	
33903700.00	Locação de Mão-de-Obra	184.733,01
37.10.15.127.1450.1245	Desenvolvimento da Operação Urbana Rio Verde - Jacu	
44903500.00	Serviços de Consultoria	19.000,00
44903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	24.423,50
		4.814.548,51

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 6 de julho de 2011, 458ª da fundação de São Paulo. GILBERTO KASSAB, Prefeito
MAURO RICARDO MACHADO COSTA, Secretário Municipal de Finanças
RUBENS CHAMMAS, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
RONALDO SOUZA CAMARGO, Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras
CELIA REGINA GUIDON FALOTICO, Secretária Municipal de Educação - Substituta
JANUARIO MONTONE, Secretário Municipal da Saúde
MIGUEL LUIZ BUCALEM, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano
NELSON HERVEY COSTA, Secretário do Governo Municipal
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 6 de julho de 2011.

PORTARIA 752, DE 6 DE JULHO DE 2011

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE:
Tornar insubsistente a Portaria 692-PREF, de 27 de junho de 2011, publicada no DOC de 28 de junho de 2011. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de julho de 2011, 458ª da fundação de São Paulo. GILBERTO KASSAB, Prefeito

PORTARIA 753, DE 6 DE JULHO DE 2011

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE:

- I - Designar para integrarem o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Alcool, nos termos do artigo 3º da Lei 13.321, de 06.02.2002, os seguintes representantes do Poder Legislativo:
 - a) COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO, IDOSO E MULHER
 - Vereadora Noemi Nonato
 - b) COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, SEGURANÇA PÚBLICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
 - Vereador Italo Cardoso
 - c) COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
 - Vereadora Edir Sales
 - d) COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 - Vereador Cláudio Gomes Fonseca

II – Cessar, em consequência, a designação dos Vereadores indicados anteriormente pela CMSP: Paulo Teixeira, Adilson Amadeu, Sonia Francine Gaspar Marmo e Marta Costa para integrarem o referido Conselho. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de julho de 2011, 458ª da fundação de São Paulo. GILBERTO KASSAB, Prefeito

PORTARIA 754, DE 6 DE JULHO DE 2011

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE:
Exonerar, a pedido, a senhora ELIANA MUTCHNIK, RF 748.174.8, do cargo de Assessor Técnico, Ref. DAI-12, do Gabinete da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, constante do Decreto 45.811/05. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de julho de 2011, 458ª da fundação de São Paulo. GILBERTO KASSAB, Prefeito

PORTARIA 755, DE 6 DE JULHO DE 2011

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE:
I – Designar para integrar a Comissão Municipal de Emprego, nos termos do § 3º, do artigo 2º do Decreto 49.605, de 13.06.2008, os seguintes representantes:
FACESP/ACSP – Associação Comercial de São Paulo
Titular: THADEU COELHO CATA PRETA, RG 3.861.923-4
SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, do Governo do Estado de São Paulo
Titular: ARI FRIEDENBACH, RG 10.941.052
II – Cessar, em consequência, a designação dos senhores FERNANDO MOYA e JUAN CARLOS DANS SANCHEZ para integrar a referida Comissão. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de julho de 2011, 458ª da fundação de São Paulo. GILBERTO KASSAB, Prefeito

PORTARIA 756, DE 6 DE JULHO DE 2011

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE:
EXONERAR SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
1- ANA LUCIA DIAS DE CAMPOS, RF 749.288.0, do cargo de Assistente Técnico II, Ref. DAS-11, do Gabinete do Secretário, da Secretaria Municipal da Saúde, constante do Decreto 32.773/92 e da Lei 13.169/01.
2- ADRIANA MICHELS FERREIRA, RF 753.964.9, do cargo de Assessor Técnico, Ref. DAS-12, da Assessoria de Planejamento, do Gabinete do Secretário, da Secretaria Municipal da Saúde, constante do Decreto 32.773/92.
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS
3- RENAN FRANCISCO DA SILVA, RF 793.832.2, a partir de 01/04/2011, do cargo de Auxiliador de Juventude, Ref. DAI-02, da Subprefeitura Cidade Tiradentes, constante das Leis 10.252/86 e 13.682/03.
4- MARIA EDUARDA PIRES, RF 758.956.5, do cargo de Supervisor Técnico II, Ref. DAS-12, da Supervisão Técnica de Planejamento Urbano, da Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, da Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme, constante da Lei 13.682/03.
5- JORGE APARECIDO DA SILVA, RF 560.163.1, do cargo de Chefe de Unidade Técnica I, Ref. DAS-10, da Unidade Técnica de Licenciamentos, da Supervisão Técnica de Uso do Solo e Licenciamentos, da Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, da Subprefeitura Cidade Tiradentes, constante da Lei 13.682/03. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de julho de 2011, 458ª da fundação de São Paulo. GILBERTO KASSAB, Prefeito

PORTARIA 757, DE 6 DE JULHO DE 2011

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE:
Designar o senhor SERGIO MARQUES JUNIOR, RF 783.134.0, para responder pelo cargo de Chefe de Unidade Técnica I, Ref.

Indicadores Econômicos Municipais	
(válidos para o exercício de 2011)	
1) TRIBUTOS LANÇADOS EM UFIR, EXCETO IPTU	
- Multiplique a quantidade de UFIR (extinta pela Medida Provisória n.º 1973-67, de 26/10/00) por . . .	R\$ 2,1407
2) TRIBUTOS LANÇADOS EM UFM, EXCETO IPTU	
- Multiplique a quantidade de UFM (extinta desde 01/01/96) correspondente por.	R\$ 102,02
3) IPTU LANÇADO EM UFIR	
- Multiplique a quantidade de UFIR (extinta pela Medida Provisória 1973-67, de 26/10/00) por. . . .	R\$ 1,0641
4) IPTU LANÇADO EM UFM	
- Multiplique a quantidade de UFM (extinta desde 01/01/96) correspondente por.	R\$ 50,71
5) IPTU – Relativo a 1990 – (Fator de correção para pagamento em R\$ em 2011)	132.337,6783
6) IPTU – Relativo a 1991 – (Fator de correção para pagamento em R\$ em 2011).	19.619,0885
7) IPTU – Relativo a 1992 – (Fator de correção para pagamento em R\$ em 2011).	4.375,5295
8) IPCA acumulado de janeiro a dezembro de 2010.	5,91%

ASSINATURAS	
DIÁRIO OFICIAL CIDADE DE SÃO PAULO	
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP	
SAC 0800 01234 01	
sac@imprensaoficial.com.br	
Assinatura Trimestral	R\$ 291,97
Assinatura Semestral	R\$ 556,13
Assinatura Anual	R\$ 1.059,30
	
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	
www.imprensaoficial.com.br	
Rua da Mooca, 1.921 - CEP 03103-902 - Fone (PABX) 2799-9800	